

# Centro de defesa dos direitos humanos da prelazia de Rondonópolis<sup>176</sup>

Ivanildo Jose Ferreira<sup>177</sup>

## Resumo

O presente artigo pesquisou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Esta foi fundada na Prelazia de Rondonópolis em 1985 e encerrada em 1995. A CDDH foi criada como uma pastoral da igreja católica, mas atuou como uma entidade política na defesa dos direitos humanos na Diocese de Rondonópolis. Esta liderança deveu-se às experiências de seus fundadores, bem como da pessoa jurídica que os acolheu. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos, atuou numa rede nacional de direitos humanos. Defendeu os direitos e investiu na formação de uma cultura diocesana de direitos humanos. Promoção de eventos municipais, como forma de adquirir visibilidade política. Em 1996, frente as novas realidades a Pastoral dos Direitos Humanos como também foi chamada realizou evento municipal de encerramento de suas atividades pastorais na Diocese de Rondonópolis.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos. Diocese de Rondonópolis. Política.

## Abstract

This article investigated the Defense Commission of Human Rights. This one was founded on Prelazia of Rondonópolis at 1985 and ended at 1995. The CDDH was created as pastoral of the Catholic Church, but acted as a politic entity on the defense of the human rights on the Diocese of Rondonópolis. This leadership came because of the experiences of their founders, as well as of the juridical person that welcomed them. The Defense of Human Rights Center, acted on a national net of human rights. Defended the rights and invested on the formation of a diocesan culture of human rights. Promotion of municipal events, as a way of acquiring political visibility. In 1996, facing the new realities the Pastoral of Human Rights, as it was also called, realized the ending municipal event of their pastoral activities on the Diocese of Rondonópolis.

**Keywords:** Human Rights. Diocese of Rondonópolis. Politics.

---

176 O presente artigo é parte do capítulo II de minha dissertação de mestrado intitulada *Direitos humanos e educação popular*, defendida em 1999, no Instituto de Educação da UFMT, PPGE, até o presente sem publicação. Concluí as pesquisas de campo realizadas nos arquivos da própria entidade e no acervo dos jornais da cidade, as quais relatei aqui, em abril de 1998.

177 Sou professor efetivo do Deptº. de História ICHS/R/UFMT, mestre em educação pública pelo IE/UFMT, especialista em história de Mato Grosso e licenciado em História pelo ICHS/CUR/UFMT e bacharel em direito pela FACJUA/CESUR. Quanto ao CDDH, trabalhei como agente liberado da entidade durante todo o período coberto por esta pesquisa.

Después de todo, dónde es que comienzan los derechos humanos? En lugares pequeños, cercanos a nuestro hogar; tan cercanos y tan pequeños que no se ven en ningún mapa del mundo. Sin embargo, son el mundo de cada persona: el barrio en el que vive; la escuela o la universidad a la que asiste; la fábrica, la parcela o la oficina donde trabaja. Esos son los lugares donde cada hombre, mujer y niño aspira a que se le reconozcan igual justicia, igual oportunidad, igual dignidad, sin discriminaciones. A no ser que estos derechos tengan un significado concreto allí, tendrán muy poco significado en cualquier otro lugar...

Eleanor Roosevelt

O CDDH de Rondonópolis foi oficialmente lançado em 23 de abril de 1986, em ato solene no plenário da Câmara Municipal de Rondonópolis. Como autoridades convidadas vieram as seguintes representações: Prefeito Municipal de Rondonópolis, Diretor do Fórum da Comarca de Rondonópolis, Comandante do 18º Grupo de Artilharia e Campanha, Comandante da Polícia Militar, representantes da Imprensa Local, de sindicatos, de partidos políticos, Coordenador do Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR/UFMT), Delegado Regional de Polícia Judiciária Civil, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Rondonópolis, Presidência da Câmara Municipal de Rondonópolis, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), todos sob a presidência do Reverendíssimo Bispo Prelado<sup>178</sup> Dom Osório Stoffel. Assim, o ato reuniu tanto os órgãos oficiais do poder como também os movimentos sociais e organizações da sociedade civil e público em geral.

O ato de lançamento buscou mais contemplar as formalidades legais do que, propriamente, obter tanta participação. Tem-se assim a data de instituição formal do CDDH, embora não se confunda com o início de suas atividades políticas e educativas, em Rondonópolis. Suas atividades são relatadas a partir de fevereiro de 1986. No entanto, o Pe. Gunther Lendbradl, coordenador do CDDH, em matéria publicada na

---

178 O CDDH foi gestado e fundado na Prelazia de Rondonópolis (1985). A Diocese de Rondonópolis foi criada pela Bula “Laetantes, Omnino” do Papa João Paulo II, em 15 de fevereiro de 1986, e instalada pelo Núncio Apostólico de Roma, em julho de 1986 (Anuário Católico do Brasil).

Revista Nova Imprensa (1995), considerou dezembro de 1985 a data da fundação, oportunidade na qual se formalizaram os principais contatos e compromissos entre o Pe. Gunther – primeiro coordenador e patrocinador financeiro do projeto na Prelazia de Rondonópolis.

Considerarei três os eventos públicos instituidores da Comissão na Prelazia, a saber: I- O registro da primeira reunião em Livro Atas daquela que foi a equipe primeira do CDDH, no dia onze de março de 1986<sup>179</sup>. II- Um mandado de segurança, em favor da oposição sindical, contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis com a finalidade de se obter, via judiciário, a lista dos associados com direito a voto nas eleições sindicais, que se realizou em março de 1986. III- Um debate sobre a Constituinte realizado em Rondonópolis no dia 03 de abril de 1986, no salão da Escola Estadual de I e II Graus Sagrado Coração de Jesus.

São compatíveis tais iniciativas com a tenra organização de uma Comissão de Direitos Humanos? O que fez com que a recém-criada Comissão de Defesa dos Direitos Humanos atuasse com tanto vigor? As respostas vieram a partir do levantamento de dados realizados nos arquivos da entidade e nos jornais locais. Com a coleta realizada, compreendi que essa desenvoltura inicial advinha de pelo menos quatro instituições ligadas aos movimentos sociais: I- experiências nos trabalhos com entidades de Direitos Humanos, em São Paulo, de seu assessor jurídico; II- experiências anteriores acumuladas pela Prelazia de Rondonópolis tanto na formação de lideranças quanto no apoio às lutas populares rurais e urbanas que aqui se desenvolviam; III- a imediata entrada do CDDH na Rede Nacional dos Direitos Humanos<sup>180</sup>; IV- a realização de grandes eventos locais que colocaram o CDDH na agenda política da cidade.

O CDDH, fundado em 1985, possui em seus arquivos as caixas 01, 02 e 03, compostas por documentos-textos, ações e denúncias realiza-

179 Fizeram parte desta primeira reunião, os Srs. Irevaldo Gutierrez Gimenez e Baltazar Ferreira de Melo; os Padres Gunther Lendbradt, Lothar Baucrowitz, Martin Hutmann, Loacir Luvison, Franz Lax e Anísio Carlos de Oliveira; o Bispo Dom Osório W. Stoffel e a Sra. Maria Helena Antunes (Ata n.º 1, Caixa de Arquivo n.º 17).

180 A Rede Nacional dos Direitos Humanos, ratificada no I Encontro Nacional, tinha sede em Petrópolis-RJ e denominou-se Serviço de Intercâmbio Nacional (SIN). Ele foi criado no Encontro Regional do Centro Oeste, realizado em Goiânia, um ano antes do I Encontro Nacional de Direitos Humanos. O SIN foi um centro de articulações, receptor e irradiador de denúncias e de solidariedade entre as entidades filiadas e em situação de emergência, tanto nacionais como internacionais.

das em São Paulo a partir de 1983. Convém lembrar que encontramos documentos anteriores a essa data. Junto ao conhecimento e comprometimento político, a assessoria jurídica trouxe uma vasta documentação composta por ações judiciais das áreas cível e trabalhista; debates políticos sobre o desemprego, incluindo a necessidade de se instituir o seguro desemprego; política de construção de moradia popular para o efetivo atendimento da população, incluindo debates abordando os altos índices de reajuste das prestações praticados pelos órgãos oficiais de financiamento.

No campo específico dos Direitos Humanos encontramos um documento com três páginas relatando uma viagem oficial da Comissão Regional de Defesa dos Direitos Humanos de São Paulo, realizada entre os dias 16 a 18 de fevereiro de 1985, a um grupo de sem-terra acampado no município de Teodoro Sampaio-SP, ameaçado de despejo pelo governo paulista. Esse documento é seguido por uma denúncia expedida em papel timbrado do Centro Oscar Romero, Defesa dos Direitos Humanos e Promoção do Migrante. Esses documentos são assinados também pelo advogado Iervaldo Gutierrez Gimenez, que no ano seguinte veio assessorar juridicamente do CDDH em Rondonópolis.

Embora já residindo em Rondonópolis, o advogado Iervaldo Gutierrez Gimenez participou do IV Encontro Nacional dos Direitos Humanos, realizado entre os dias 22 a 28 de janeiro de 1986, em Olinda - PE, habilitado pelo Regional Sudeste de Direitos Humanos. O referido senhor foi delegado ao encontro nacional pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Itapecerica da Serra (IV ENCONTRO NACIONAL..., 1986). Essa participação indica engajamento no regional sudeste e mais antigo ainda no Centro de Direitos Humanos de Itapecerica da Serra. Tanto os encontros regionais como os nacionais foram instâncias decisórias e deliberativas das políticas dos Direitos Humanos para a região e para o Brasil.

A referida participação do advogado também documenta sua familiaridade com as entidades ligadas à Igreja<sup>181</sup>. Um projeto da entidade, datado de 29 de abril de 1986 e elaborado pelo Pe. Gunther, historiava

---

181 Segundo uma pesquisa realizada pelo MNDH, 61,54% das entidades de Direitos Humanos do Brasil surgiram a partir dos trabalhos da Igreja (Movimento Nacional..., 1992).

suas motivações, recursos materiais disponíveis e objetivos à serem alcançados pelo CDDH. Ao final afirmava em favor do advogado “[...] seis anos de experiência em trabalhos de Direitos Humanos em São Paulo, especialmente na região de Itapeccerica da Serra, ultimamente junto a Dom Fernando [...]” (PROJETO..., 29.04.86, Caixa de Arquivo n. 20). Afirmava ainda, que o CDDH seria um prolongamento das atividades pastorais da Diocese de Rondonópolis. Se os promotores dos direitos humanos tinham experiências em trabalhos pastorais, também a Prelazia de Rondonópolis tinha experiências em trabalhos sócias. Talvez daí tenha nascido a força da nova entidade.

Neste sentido, as experiências de trabalhos sociais desenvolvidos pela Prelazia de Rondonópolis ficou patente no projeto supra-mencionado. Ao elaborá-lo, Pe. Gunther, brevemente traçou um perfil da Pastoral Social e Popular da Diocese, bem como de suas distâncias e aspirações políticas, extrapolando em alguns aspectos a própria Diocese. O autor do projeto afirmou ser aspiração antiga das dioceses de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a criação de uma Pastoral dos Direitos Humanos. Isso por causa da violência e da injustiça que grassavam contra a pessoa ou grupos de pessoas nesses dois Estados. Segundo a caracterização contida no documento supra mencionado, eram conflitos rurais entre posseiros e fazendeiros, ausência de demarcação das terras indígenas, do *deficit* de moradias na zona urbana, da falta de anotações dos contratos de trabalho em carteira e a violência policial, entre outras.

O Pe. Gunther salientou a distância física entre as treze paróquias da Diocese de Rondonópolis, na qual o trabalho realizar-se-ia, e a necessidade de aquisição de livros e periódicos para instrumentalização da equipe, além de demonstrar a necessidade de aquisição de equipamentos para produção e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos de acordo com o tema trabalhado. Ainda no mesmo sentido, em matéria assinada publicada na Revista Nova Imprensa (ENTREVISTA, dez., 1995), o Pe. Gunther falou sobre sua chegada ao Brasil, em 1967, e suas primeiras impressões quanto à ditadura militar recém-implantada no país. Ele lembrou a violência e o desrespeito às normas mais mezinhas de direitos humanos, via de regra, praticadas ou toleradas por autoridades policiais e judiciárias. As violações dirigiam-se contra lideranças religiosas, de

partidos políticos e movimentos sociais, quando de simples investigações policiais. A falta do parâmetro legal das autoridades em não raros momentos, sobressaiam. Daí os violados não tinham a quem recorrer. Esses foram os primeiros motivos para a criação da entidade.

Outra preocupação sua, revelada nessa mesma oportunidade, dizia respeito às prisões arbitrárias de líderes religiosos, como foi o caso do Pe. Jentel, em Campo Grande, (1977), ou a assassinatos de líderes indígenas, como o caso do índio Simão Bororo, e de religiosos, como Pe. Rudolfo Lunkenbein e Pe. João Bosco Burnier, ocorridos, respectivamente, em Merure e Ribeirão Cascalheira-MT. Duas ordens de preocupações foram manifestadas no mesmo documento: I - O processo político-seletivo e violento que permitiu e até estimulou prisões ou assassinatos de líderes populares ou religiosos engajados nas causas de seus representados; II- O processo político-jurídico, cúmplice e até conivente, que nasceu após a prisão ou homicídio, onde as vítimas, em regra, foram tratadas como agressoras.

Tanto aqueles que ficaram presos como os que foram vítimas de homicídio careceram de acompanhamento jurídico. A defesa, a acusação ou a divulgação de dossiês para a sustentação documental das denúncias dentro dos processos legais e para a sensibilização da opinião pública sempre foram desafios para as vítimas de tais arbitrariedades. Um segundo motivo dado pelo Pe. Gunther para a criação do CDDH foi “[...] a necessidade de dar assessoria jurídica às reivindicações e lutas populares que as CEBs vinham ensaiando. Eram lutas pelo fortalecimento dos sindicatos (dos trabalhadores) rurais para serem sindicatos autênticos, mas sobretudo eram lutas pela posse da terra [...]” (ENTREVISTA, 1995, p. 73). Feitas outras considerações acerca dos trabalhos que se desenvolviam na Diocese, ele concluiu: “[...] Afinal, em 1985 o tempo parecia maduro para iniciar um trabalho de Direitos Humanos em Rondonópolis. [...] Ari e Angela aqui chegaram (ENTREVISTA, 1995, p. 73).

Um documento mais genérico e mais remoto, denominado ‘*Nossa posição frente ao problema Floresta*’<sup>182</sup>, posicionando-se em relação ao litígio existente naquela área rural, também evidenciou o engajamento, a coragem e o profetismo da Prelazia de Rondonópolis com o problema

182 Neste manifesto publicado pelo Jornal *A Tribuna*, de 08 de abril de 1979, assinado pelo Bispo Prelado Dom Osório Stoffel, a Prelazia de Rondonópolis tomou partido em favor dos posseiros da Gleba Cascata.

fundiário. Os conflitos rurais foram acompanhados pelos padres das paróquias e pela Pastoral da Terra, organizada em nível diocesano, embora não dispensasse a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com organização em nível regional e nacional. Por último, dois documentos presentes nos arquivos do CDDH testemunham a acumulação de forças da Igreja no campo dos movimentos sociais, além da própria Diocese evidenciar o seu desejo de intervir no processo.

O primeiro é o relatório final da XIV Assembléia Diocesana de Pastoral, realizada nos fins de 1985, que indicou ações no sentido de implementar a fundação e a organização dos trabalhadores em sindicatos e cooperativas, além de estimular a participação qualitativa deles na Campanha da Fraternidade que se desenvolveu em 1986, cujo tema foi “Terra de Deus, Terra de Irmãos”. Em 1986, ela abordou os problemas sociais decorrentes da concentração fundiária. Iniciados no ano anterior, os debates sobre a posse e uso da terra continuaram em 1986, ano da fundação e início das atividades do CDDH<sup>183</sup>.

O segundo documento, também de 1985, é na verdade um abaixo-assinado, com apresentação de um ofício comum, requerendo que a eleição para deputados constituintes tivesse a especial finalidade de produzir a nova Constituição do País. Esse documento também indicou prontidão para uma das áreas de atuação do CDDH, desde sua fundação: Constituinte e Constituição. Por fim, a própria cessão do espaço físico no Centro Pastoral e Administrativo e o empréstimo do nome da Prelazia de Rondonópolis, a coordenação da equipe, o porta voz da entidade e a maioria de seus membros fundadores, foram os elementos de créditos do CDDH em Rondonópolis.

Além dos fatores de créditos, dois outros documentos apontaram um efetivo engajamento da Igreja nas lutas e organizações dos movimentos sociais, dois outros documentos divulgados, também em 1986, foram

---

183 Vale ressaltar que, entre os trabalhos sociais, buscou-se uma sintonia maior com todos os setores da Pastoral Social envolvidos na execução de prioridades comuns à Igreja. Neste sentido, o IV Encontro Nacional dos Direitos Humanos, realizado em 1986, no rol de suas prioridades elegeu a Terra com as seguintes direções: a) Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores; b) Recuperação do sentido pleno da função social da propriedade e da posse; c) Reforma fundiária urbana; d) Ampliação do direito ao acesso à terra, individual e coletivamente, especialmente a improdutiva e a grilada; e) Limitação das grandes propriedades de estrangeiros e dos grandes projetos; f) Erradicação da especulação agrária; g) Criação da justiça agrária; h) Utilização das terras devolutas para interesse social; i) Demarcação imediata das terras indígenas (IV ENCONTRO..., 1986 : 343).

decisivos para a instalação e sucesso do CDDH: I- Ao ser instalado o CDDH, esse ato foi noticiado à Rede Nacional dos Direitos Humanos, denominada Serviço de Intercâmbio Nacional (SIN). O SIN foi uma secretaria eficiente que articulou a solidariedade necessária das entidades de Direitos Humanos. II- A partir da inclusão do CDDH na rede, o fluxo de denúncias, circulares, manifestos de solidariedades e outras comunicações recebidas por encaminhamento do SIN dinamizaram a atuação da entidade no aspecto externo. A partir de março até o final do ano de 1986, o CDDH recebeu 80 denúncias de violações de direitos humanos, tendo respondido a quase todas. Em 1987, ele registrou em seus arquivos nada menos que 88 denúncias e outras 35 foram recebidas até junho de 1988, quando foi extinto o SIN e criada a Secretaria Nacional do MNDDH, com sede em Brasília.

Somem-se a isso denúncias de violações de direitos humanos e periódicos encaminhados por redes internacionais de Direitos Humanos, pelas quais o CDDH foi conhecido através do SIN, notadamente entidades latino-americanas. Através desse mecanismo, o CDDH teve uma de suas denúncias de violação de direitos humanos, conhecida como Chacina de Rondonópolis<sup>184</sup>, publicada pela Anistia Internacional, sediada em Londres<sup>185</sup>. Assim, notei que o pertencimento do CDDH as redes nacional e internacional de direitos humanos rapidamente o qualificou num projeto de luta contra a violência institucional, ao mesmo tempo em que antecipou um conceito à entidade, acreditando-a junto aos demais membros da rede.

Desde o início dos trabalhos do CDDH, percebemos o desejo de engajar os movimentos sociais<sup>186</sup> e o povo<sup>187</sup> na construção da socie-

184 O episódio conhecido como Chacina de Rondonópolis aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1989, na Delegacia Municipal, quando a cadeia pública foi invadida por cerca de trinta homens encapuzados que retiraram sete detentos, assassinando-os em seguida com requintes de perversidade. Os corpos foram encontrados no interior da cadeia, no pátio, em matagais e até boiando nas águas do Rio Vermelho. Pelo que consta, o motivo da chacina foi vingança pela morte de um policial militar, morto, no dia anterior, em uma tentativa frustrada de fuga levada a efeito pelos presos da cadeia. O processo judicial caminhou com extrema morosidade e, até fins de 1997, os réus denunciados ainda não tinham ido a julgamento.

185 BRASIL. Anistia Internacional Documento. Amnesty International. 1 Easton Street. London WC1X 8 DJ. United King Dom. junho de 1990, p. 10.

186 Adotei o conceito de Movimentos Sociais utilizado por Daniel Camacho que diz: *Consideramos os movimentos sociais como uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevalentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social. Os movimentos sociais não têm que ser necessariamente organizados* (1987, p. 216-7).

187 Para além dos movimentos sociais e suas bases, temos o povo representando *o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis, são os súditos, os cidadãos de um mesmo Estado.* (Azambuja, 1976).

dade justa e fraterna, bem como o empenho em cobrar providências das autoridades ou responsáveis por possíveis arbitrariedades ou desmandos. Ao mesmo tempo, o CDDH também usou a rede para obter apoio das entidades associadas, bem como para pressionar autoridades responsáveis. Localizamos três documentos que foram encaminhados ao SIN denunciando e pedindo solidariedade conforme a seguir exponho: I- No caso dos posseiros do Lote 11 ameaçados de despejo e morte, em Nova Brasilândia - MT. II- No caso do despejo dos Sem Terra de Três Lagoas - MS, efetivado pela Polícia Militar, onde o advogado do CDDH trabalhou, a pedido daquela Diocese. III- Na caminhada dos Sem-Terra de Jaciara, Dom Aquino, Juscimeira, Rondonópolis e Cuiabá<sup>188</sup>. Todos esses documentos foram emitidos durante o ano de 1986 e seguiram acompanhados de um pequeno histórico dos fatos motivadores da denúncia, as providências tomadas, bem como, a indicação das autoridades e/ou violadores os quais as manifestações deveriam influenciar.

As denúncias ou solidariedades constituíram-se em universo particular. Além da óbvia solidariedade, o diálogo – obrigatório, às vezes - produziu conflitos entre as próprias entidades de Direitos Humanos. Em Rondonópolis, documentos retratam destes diálogos entre o CDDH e as polícias do Estado de Mato Grosso, em tons diplomáticos e amistosos (Of. CDDH 12 e 23/91). Percebe-se, através de inúmeros outros testemunhos documentais encontrados, que o CDDH terminou por construir seu próprio perfil local da defesa dos direitos humanos, para os casos de violência institucional. Outros direitos igualmente violados e reclamados diziam respeito aos direitos sociais, o acesso, uso e permanência na terra. Cataloguei nos arquivos do CDDH qualificadas intervenções junto ao governo federal, Senado e Câmara dos Deputados, Ministérios da Reforma Agrária e da Justiça e junto aos juízos regionais e delegacias de polícia. Também estes referentes, contribuíram para a fixação com sucesso, do CDDH em Rondonópolis.

---

188 O movimento social, aqui identificado como “Sem terra de Jaciara”, foi composto por grupos de trabalhadores rurais ou urbanos organizados, a partir de 1985, para debater a falta de terra disponível para a maioria dos trabalhadores rurais sem-terra ou com terra insuficiente para seu trabalho. Desses debates surgiram várias propostas e estratégias para se conquistar a terra. Dentre todas, a mais plausível foi a marcha em direção à capital do Estado. Um dia após o início da caminhada, foi expedido o Of.16/86 do CDDH, endereçado ao SIN, solicitando o envio de cartas de protesto ao governo do Estado e ao Ministério da Reforma Agrária, além do pedido de solidariedade para ser enviado aos caminheiros, identificados no ofício como trabalhadores rurais do movimento sem terra.

Ainda, concorrendo para o sucesso do CDDH na Diocese de Rondonópolis, além do diálogo com entidades e instituições oficiais, foram importantes os grandes eventos que caracterizaram a ação política da entidade e sua luta pelos direitos humanos: a Constituinte e Constituição e o apoio à luta dos sem-terra de Jaciara pela conquista da terra. No que tange a Constituinte, já em 03 de abril de 1986, o CDDH realizou o primeiro debate municipal com os representantes dos partidos organizados em Rondonópolis, com vistas a obter de cada um deles o seu posicionamento em relação à Constituinte, que até então estava por vir.

O enfoque principal do evento foi dado aos direitos da mulher, principalmente no que tange aos direitos de liberdade dentro e fora dos laços familiares, na maternidade, no trabalho e na continuidade dos estudos. Ainda, sobre a Constituinte, registraram-se outros três encontros municipais realizados neste mesmo ano, nas cidades de Jaciara, Paranatinga e Nova Brasilândia.

Outros eventos localizados no município de Rondonópolis, também tiveram *status* de acontecimento. Um deles, em especial, é citado na Ata nº 10 como tendo sido um debate realizado no Centro Pedagógico de Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso (CPR/UFMT) e, segundo a avaliação do CDDH, *foi muito bem participado*. Outrossim, palestras e debates foram solicitados pelos movimentos sociais ou mesmo paróquias, escolas e outros segmentos.

Encerrando os grandes eventos do ano, tivemos o debate com os candidatos a deputados federais e senadores constituintes por Mato Grosso. O evento foi realizado no dia 19 de outubro de 1986, na Paróquia Nossa Senhora Aparecida. Dezenove candidatos registraram sua participação, comprometendo-se com as propostas populares coordenadas no País pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na região, essas propostas foram patrocinadas pela Diocese de Rondonópolis. Cumpre lembrar que, embora o evento tenha sido chamado em nome da Diocese e contado com o apoio das igrejas paroquiais, na verdade, toda a organização e coordenação foi realizada pelo CDDH.

Cumpre-nos lembrar, ainda, que esse evento, dada a relevância social, o interesse público e para melhorar o envolvimento dos candidatos, foi pedida e deferida a transmissão ao vivo pela Rádio Clube de Rondonó-

polis, que transmitiu para todo o Centro-Oeste Brasileiro. O evento, no mínimo, ganhou *status* de realização estadual. Embora considerando que a Constituinte fora um tema de criação de espaço e fixação do CDDH no cenário político de Rondonópolis, esse mesmo assunto estendeu-se pelos anos de 1987 e 1988, período esse de debates e votações das propostas em primeiro e segundo turno.

A Diocese e o CDDH organizaram um comitê de intercâmbio de dados sobre a Constituinte, quer seja distribuindo a pauta dos projetos em votação, quer seja buscando apoio dos deputados para as votações ou angariando assinaturas em abaixo-assinados. A Igreja, enquanto instituição maior da correlação acima mencionada conseguiu nada menos que o quarto lugar brasileiro na conquista de assinaturas inscrevendo emendas populares à Constituinte. Rondonópolis, como atestam os documentos consultados, indubitavelmente, contribuiu para esse sucesso.

Nos anos de 1989 e 1990, foram intensos os debates relacionados às Constituições Estadual e Municipal, que já tiveram prazos fixados nas disposições transitórias da CF/88 para conclusão de tais trabalhos<sup>189</sup>. Ainda, assinaladas nas mesmas disposições constitucionais transitórias, tivemos o Plebiscito quanto ao sistema e à forma de governo e a abertura da Revisão Constitucional marcadas para setembro e outubro de 1993, respectivamente. Esses expedientes oficiais provocaram ampla mobilização dos movimentos sociais e, conseqüentemente, do CDDH. De uma forma geral, os militantes desses movimentos distinguiram bem o que representa as leis e perceberam a importância de tê-las a seu favor. Por isso mesmo, cada um dos momentos elencados contou com sua própria mobilização.

O segundo aspecto fértil à germinação e enraizamento do CDDH em Rondonópolis, isto é, a razão por que a entidade já nasceu grande, foi sua inserção na questão agrária efervescente na região, uma prioridade nacional aprovada no IV Encontro Nacional do Direitos Humanos, realizado em janeiro de 1986. Em Rondonópolis, a primeira interven-

---

189 Quanto à Constituição dos Estados e a Lei Orgânica dos Municípios, diz-nos o Art. 11, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, CF/88: *Cada Assembleia Legislativa com poderes constituintes elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contando da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta. PARÁGRAFO ÚNICO. Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitando o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.*

ção do CDDH ao lado dos trabalhadores rurais foi o apoio à oposição sindical nas eleições que aconteceram em março de 1986. A diretoria sindical com candidatos à continuidade, tratou de dificultar a eleição dos candidatos da oposição.

Uma das formas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) impedir a vitória da oposição foi negar-lhe a relação nominal dos associados com direito a votar naquela oportunidade<sup>190</sup>. Esgotadas as possibilidades de negociação política, o CDDH, representando a oposição sindical, através do advogado, requereu a garantia do direito à lista de sócios, utilizando o instituto do Mandado de Segurança. Por vários motivos a oposição sindical perdeu a eleição em 1986<sup>191</sup>. Porém, aquele foi um manifesto político do CDDH na questão agrária, isolando-o de todas as iniciativas oficiais e dos representantes eleitos do STR, mantendo-se, com isso, a polaridade entre ambos e um conflito pronto para ser deflagrado a cada encontro, debate ou encaminhamento de algum problema relativo ao assunto.

No manifesto, o CDDH mostrou disposição de luta contra os latifundiários, mas também contra os setores moderados ou conservadores da própria categoria de trabalhadores rurais. Outro evento ligado à organização dos trabalhadores rurais foi a já referida caminhada dos “sem-terra de Jaciara”. O grupo em tela teve suas atividades desenvolvidas nos anos 1985 e 1986<sup>192</sup> e mantinha reuniões locais e periódicas, encontros de formação e cadastramento de famílias sem-terra e dispostas a lutar pela sua conquista.

O apoio técnico e político do CDDH ao grupo de caminheiros colocou a questão fundiária, na região, sob nova ótica: a dos sem-terra, grupo até então desconhecido na Prelazia. Após a fase preparatória,

190 Para que se tenha uma idéia da importância dessa relação, observe-se que era considerado eleitor apenas o sócio quite com as obrigações junto ao sindicato que possuía, em 1986, mais de onze mil associados e os eleitores não passavam de setecentos (Relatório de Encontro Regional da Oposição Sindical, 1986, Caixa de Arquivo n. 20), no município de Rondonópolis. Como encontrar os eleitores para apresentar a chapa e as propostas da oposição sindical? Ora, muitos antigos sócios, naquela oportunidade, moravam na zona urbana; porém, mantinham-se associados ao sindicato como forma de obter atendimento médico-hospitalar.

191 A estrutura sindical corporativista da era Vargas é muito ampla. Dentro desta estrutura, a eleição sindical é um dos mecanismos de controle político. A eleição privilegia o grupo que está no poder seja ele situação ou oposição, porque, em última análise, é a diretoria sindical que dirige o processo eleitoral. Sobre este aspecto, em Rondonópolis, consultar Costa, 1997.

192 Período no qual os padres Gunther e Martin eram párocos em Jaciara. Esse apoio político e material foi decisivo para a estruturação, caminhada e vitória daquele grupo de trabalhadores sem-terra. Esses mesmos padres coordenaram o CDDH durante todo o período coberto pela presente pesquisa.

em julho de 1986, os sem terra de Jaciara caminharam por dez dias até a Capital do Estado e mantiveram acampamento na Praça do Rosário por mais de três meses até o assentamento, na Gleba Novo México, em Colider - MT (FERREIRA, 1986). Convém lembrar que nesse período era Ministro da Reforma Agrária o Sr. Dante Martins de Oliveira.

Compreendi que a organização dos sem-terra de Jaciara, definitivamente assentados na Gleba Novo México em novembro de 1986, encorajou o CDDH e os próprios trabalhadores rurais sem-terra da região sul de Mato Grosso para novas lutas, tendo como foco, o acesso a terra rural. Assim, para o CDDH, a concepção de um projeto político de apoio e desenvolvimento sócio-político e econômico dos trabalhadores rurais dentro da Diocese de Rondonópolis tinha iniciado com a Gleba Cascata<sup>193</sup>, ainda na década de 70.

Com a vitória conquistada pelos sem-terra de Jaciara, o projeto Cascata foi ampliado. Devido a fragilidade econômica e organizacional dos sem-terra de Jaciara, a entidade cedeu maior parcela de atenção a estes. Assim, os assentados na Gleba Novo México foram contemplados com os trabalhos de um engenheiro agrônomo, “com visão social”, contratado pelo novo projeto do CDDH (com início em abril de 1987 e término em dezembro de 1991) para contribuir no desenvolvimento e na produção dos assentados, bem como para a fixação do homem à terra. É importante salientar que se registrou uma crença no crescimento e estabilidade das conquistas feitas pelos trabalhadores rurais. A Gleba Cascata, onde aqueles trabalhadores conquistaram definitivamente a terra, em 05 de outubro de 1982 (MOURA, 1991, p. 145), também tinha recebido uma máquina de beneficiamento de arroz através de projeto financeiro realizado pela CPT – MT, junto as entidades católicas alemãs.

Foi assim que a “Pastoral dos Direitos Humanos”, como é apresentada no projeto de educação dos trabalhadores, realizou um diagnóstico sócio-econômico da região constatando a necessidade de investimentos na educação popular como forma de conscientizá-los dessa possibilidade

---

193 Esse projeto não possui data, mas suas referências são dos meados de 1986. Descreve a Gleba Cascata e as lutas de doze anos empreendidas pelos trabalhadores até a conquista definitiva. O referido projeto frisa o aspecto tradicional das lavouras de subsistência e, a partir de então, justifica: *...a fixação definitiva destes trabalhadores ao solo, o desenvolvimento do cooperativismo, o aproveitamento dos estudos da agronomia para aumentar a produtividade, investindo nas culturas alternativas, adequando-as a competitividade e a comercialização* (Projeto II - Gleba Cascata).

e, também, no aumento da produtividade, melhorias na comercialização dos produtos, em resposta ao quadro de carências verificado na Gleba Cascata e Gleba Novo México. O diagnóstico apontou a necessidade de contratação de mais um assessor jurídico, um engenheiro agrônomo e três trabalhadores rurais, com presença e influência junto às suas organizações e lutas nos três municípios da Diocese, por ela considerados importantes. Aqueles líderes rurais contratados pelo projeto, incrementariam as lutas concretas pela posse e uso da terra, dispensando atenção especial à oposição sindical para, através das eleições sindicais, conquistarem a direção dos sindicatos através dos processos eleitorais e assim devolver aos sindicatos sua real finalidade, já que, na análise do CDDH, estes sindicatos estavam atrelados aos interesses patronais. O resultado do trabalho do CDDH na Diocese de Rondonópolis, ajudado com o empenho dos padres das paróquias e da CPT - MT, a partir de 1986 foram três, a saber: 1º. Conquistou, através da oposição sindical, dois dos três sindicatos elencados no projeto; 2º. Organizou um novo grupo de trabalhadores rurais sem-terra em Jaciara, que foram assentados em 1987 no município de Juruena - MT; 3º. Nos fins de 1986, em Rondonópolis, apoiou a ocupação/invasão<sup>194</sup> da Gleba Rio Vermelho, propriedade particular com quase onze mil (11.000) hectares de terras contíguas à zona urbana de Rondonópolis.

Por ocasião do primeiro despejo, os trabalhadores buscaram e conseguiram o apoio técnico e político do CDDH. Outros dois despejos, prisões de pessoas e recolhimento de ferramentas e objetos aconteceram na área de conflito até que a mesma foi desapropriada pelo decreto n. 94.535, de 26 de junho de 1987<sup>195</sup>. Ainda, nos intervalos entre os seqüentes despejos da Gleba Rio Vermelho<sup>196</sup>, outra invasão rural acon-

194 Invasão é o termo técnico jurídico que define o apossamento da terra legalmente titulada por vias ilegais, ou seja, por quaisquer outras formas que não sejam a compra e venda. O inverso de “invasão” é “ocupação”, que também é um termo técnico jurídico que define a forma lícita de acesso e uso de terra que nunca foi de ninguém, nem enquanto posse. Para melhor introdução nesse assunto ver Friede (1997, op. cit.).

195 O Decreto 94.535 trouxe a seguinte motivação: “Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado ‘Rio Vermelho ou Estância Alcina’ classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do Inera como latifúndio por exploração, situado no município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo decreto n. 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências”. O perímetro aí identificado é de 10.545.5589 (dez mil quinhentos e quarenta e cinco hectares cinquenta e cinco ares e oitenta e nove centiares. Dessas, cerca de três mil foram contestadas pelo proprietário (Decreto 94.535/86).

196 O CDDH ainda continuou assessorando os acampados e posseiros da Gleba Rio Vermelho, tendo inclusive tomado parte em algumas reuniões amplas nas quais se estabeleceu o regimento para a escolha das famílias a serem assentadas na Gleba.

teceu no início de 1987: a Gleba Entre Rios.<sup>197</sup> Esses novos posseiros buscaram e conseguiram o apoio do CDDH, que também fez a defesa legal da posse. Tal defesa, apresentada no processo judicial movido pelos proprietários, não surtiu tanto efeito, uma vez que os próprios posseiros abandonaram a área em litígio. Importante, nesse processo de despejo, novas invasões, contestações judiciais, viagens e negociações políticas, foi o Encontro “A Justiça e o Povo”, realizado no dia 15 de novembro de 1987<sup>198</sup>. Nesse evento, foi apresentado de forma didática aos envolvidos, os porquês dos repetidos despejos, prisões e perdas de materiais e ferramentas apreendidos. Indubitavelmente, um evento de aproximação e politização para os trabalhadores, para o CDDH e para o Judiciário.

Ressalte-se, ainda no mesmo período (1987 e 1988), a ocorrência de duas invasões, porém no perímetro urbano. Com o apoio jurídico do CDDH as duas áreas foram conquistadas, sendo elas o Jardim Ipiranga e o Jardim Beira Rio, com população assentada de centro e quatro (104) e oitenta e cinco (85) famílias, respectivamente (RELATÓRIO CDDH, 1987, Caixa de Arquivo n. 21). Várias outras invasões urbanas aconteceram no período em Rondonópolis. Assim, o CDDH realizou gestões para que os sem-teto locais se ligassem ao movimento nacional de luta pela moradia, porém esta iniciativa não frutificou.

Esse foi o volume de atividades e realizações que encontrei nos três primeiros anos de atuação do CDDH, indicando que essa entidade, mais do que uma sigla ou sua pequena estrutura física, foi uma entidade que granjeou para si, experiências e forças das pastorais e movimentos eclesiais, nos movimentos sociais e populares, tanto da Diocese quanto da assessoria do CDDH.

A partir do ano de 1989 e como ampliação dos trabalhos do CDDH, registrei o atendimento aos trabalhadores rurais, constituído de assessoria nos processos políticos ou jurídicos e apoio político nas lutas pela con-

197 A localidade denominada Gleba Entre Rios situa-se à margem esquerda do Rio Vermelho, território aberto pela foz do Rio Jurigue, limitando na cabeceira com a Reserva Indígena de Tadarimana.

198 Nesse Encontro, que foi considerado o I Encontro dos Direitos Humanos promovido pela Entidade, os convidados especiais e o público interessado foram os posseiros das Glebas Rio Vermelho e Entre Rios. Como expositores, o Dr. Antonio Paulo da Costa Carvalho - juiz de direito, o Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe - promotor de justiça, o Dr. Pedro Wilson Guimarães - coordenador regional dos DH e o Dr. Iervaldo Gutierrez Gimenez.

quista da terra, além da educação popular que se fez através de cursos e palestras. Esse trabalho foi ampliado com a contratação do engenheiro agrônomo, tendo como objetivos: aumentar a produtividade, culturas alternativas, desenvolvimento do cooperativismo, comercialização e fixação do homem à terra. Outra ampliação registrada na frente de trabalho do CDDH foi a inclusão dos trabalhadores urbanos em seu rol de preocupações. Com o pleito de sindicalistas, movimentos sociais e outros grupos de apoio aos trabalhadores urbanos, conseguiram, na CF/88, maior liberdade para que as categorias profissionais – inclusive os servidores públicos – puderam se organizar em sindicatos, independentemente da tutela expressa do Ministério do Trabalho; tutela essa representada pela Carta Sindical.

O anúncio da liberdade de constituição sindical provocou uma corrida das categorias profissionais urbanas para organizarem-se em sindicatos. Para tanto, o conhecimento técnico era indispensável para que a exigência legal pudesse ser cumprida. Assim, o CDDH foi solicitado a contribuir no processo de fundação de entidades sindicais e, em resposta, dirigiu suas atividades buscando viabilizar os objetivos dos trabalhadores urbanos em Rondonópolis. Assim, a entidade abriu uma linha de apoio para a fundação dos sindicatos urbanos, destinando o agente sindical Dimas Moraes Peixinho para dinamizar esse objetivo, devendo as *lideranças* ser *autênticas* representantes da base dos trabalhadores e livres em relação aos patrões.

Concomitantemente à organização sindical dos trabalhadores urbanos, o CDDH também investiu na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Rondonópolis<sup>199</sup>. Porém, foi de curta duração a existência da CUT regional, encampada e até parcialmente financiada pelo CDDH. Os jovens sindicatos, no processo de abertura trazido pela Constituição Federal – apesar de serem *lideranças autênticas* dividiram-se quanto à opção de filiação ou não a uma central sindical e, decidindo-se pela filiação, o conflito permanecia: a qual delas associar-se. Alguns sin-

---

199 A opção do CDDH pela CUT deu-se em função de uma suposta autenticidade maior da citada central sindical em relação aos trabalhadores da base. Efetivamente um aparelhamento com o Partido dos Trabalhadores ao qual toda a equipe executiva do CDDH era filiada. A CUT propagava a voz e vez dos trabalhadores e das oposições sindicais. Em nível de igreja, já se registrava uma relação de proximidade da Pastoral Operária, das CEBs e da Teologia da Libertação com a CUT. Daí uma simpatia quase que natural do CDDH pela Central.

dicatos cancelaram a proposta sindical da CUT, outros permaneceram independentes. Outros sindicatos ainda barganharam com as centrais sindicais, enquanto que alguns sindicalistas eleitos pelas bases, venderam mandatos sindicais aos empregadores interessados.

A partir de 1994, em uma última tentativa de construir essa almejada unidade entre os sindicatos dos trabalhadores, foi criada a União das Forças Trabalhadoras de Rondonópolis (UFTR) com a finalidade de eliminar as cores partidárias ou peleguismos de algumas centrais sindicais e assim juntos, enfrentar os problemas locais, comuns aos trabalhadores de todas as categorias. Essa engenhosidade local, a UFTR, sob a principal coordenação do CDDH, conseguiu uma nova onda de amizades e conquistas entre os velhos e desconfiados “companheiros” alinhados nacionalmente com centrais sindicais distintas. Foram significativas as conquistas do período, tais como a instalação do Juizado Especial das Causas Cíveis e Criminais, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, a conclusão do anel viário parado há quase dez anos, dentre outras. Porém, findos esses grandes objetivos, o distanciamento foi colocando-se novamente entre as entidades sindicais em Rondonópolis.

Constatei, também, a ampliação dos trabalhos do CDDH, composto de palestras, debates e encontros pró-ativos tendo como tema aglutinador a Constituinte ou sua execução. Além de abaixo-assinados e acompanhamentos das votações no Congresso Nacional, o CDDH participou de debates e apresentou propostas pontuais para a elaboração das constituições Estadual e Municipal. Neste mesmo sentido, é possível constatar a participação do CDDH no fórum estadual da Constituinte, através de convite e formulários para acompanhamento das votações dos assuntos de interesse dos movimentos sociais. Na Constituinte em Rondonópolis, a entidade coordenou na Igreja parte da coleta e documentação das propostas de emendas constitucionais no município sobre os temas: mulher, criança e adolescente, reforma agrária, índio e meio ambiente.

Os grandes eventos, nos quais o CDDH privilegiou o encontro de movimentos sociais com os poderes constituídos, continuaram acontecendo e foram sendo ampliados em força e qualidade. E foi assim que, em 1990, o deputado federal e ex-promotor de Justiça, Dr. Hélio

Bicudo, proferiu palestra dentro da programação do II Encontro dos Direitos Humanos de Rondonópolis<sup>200</sup> para mais de mil pessoas no Cine Teatro Avenida, conforme noticiou o jornal *A Tribuna* de 20 de maio de 1990.

No decorrer do Encontro, os temas como as causas ecológico-ambientais, dos encarcerados e das prisões, da saúde; direito de todos e dever do estado, da distribuição da justiça inclusive aos empobrecidos e, por último, a carência de moradia em locais compatíveis com a dignidade humana e com serviços públicos mínimos indispensáveis, como água, luz e arruamento, foram sendo abordados. Registraram-se exposição de fotos e denúncias no saguão do CPR/UFMT e no cinema, projeção de filmes e documentários sobre ecologia, realização de um concurso de redação tendo como tema os “direitos humanos”, entre os alunos do segundo grau da rede pública, particular e conveniada, além da entrega do Prêmio anual de Direitos Humanos, para o destaque do ano (1989) nessa luta. Assim, a chamada mobilização no CDDH teve esta característica: buscar o engajamento de todos os segmentos sociais, através de assuntos ou práticas que lhes são sensíveis, fazendo tal afeição convergir para a área de interesse do Centro. Este evento municipal e diocesano ganhou grandes espaços de publicidade graças à sua entrada na agenda de realizações e feitos da cidade.

O convidado especial do CDDH – Dr. Hélio Bicudo – tornou-se “Hóspede Oficial do Município” através de um decreto do Chefe do Executivo Municipal, estampado na primeira página do jornal *A Tribuna* (16/05/90, capa). Cada sujeito viu e ouviu notícia prévia sobre o evento, várias vezes, e, por isso mesmo, enquanto cidadãos, responderam-lhe com coesão e respeito, tendo até superado as expectativas dos organizadores.

O Dr. Hélio Bicudo, conhecido líder e militante dos Direitos Humanos, discorreu sobre sua experiência como promotor de justiça na capital de São Paulo e sua dedicação à causa das vítimas do esquadrão

---

200 O II Encontro de Direitos Humanos de Rondonópolis aconteceu entre os dias 14 a 17 de maio de 1990. Juízes, promotores, advogados, parlamentares, professores e outros profissionais proferiram palestras, participaram dos debates sobre os direitos humanos em sua forma ampla. O evento ainda dirigiu-se a outros segmentos da população, com um concurso de redação, entrega de prêmio anual dos direitos humanos e mostras de fotos e vídeo (Cf. programa, 1990, Caixa de Arquivo n. 24).

da morte<sup>201</sup>. Vejamos como a sensibilidade do palestrante apareceu na matéria do referido jornal:

Outro ponto para profunda reflexão, é a atenção com que essa platéia jovem ouviu todos os oradores e em especial o jurista Dr. Hélio Pereira Bicudo, promotor especial encarregado de desvendar os crimes do “Esquadrão da Morte”. O silêncio sepulcral que se fez no Cine Avenida durante a explanação de Hélio Bicudo onde predominavam adolescentes e jovens, é bastante significativo. Como era esperado, Bicudo discorreu centralmente sobre seu trabalho investigatório e punitivo contra os policiais do “Esquadrão da Morte”, mormente sobre a figura do delegado Sérgio Paranhos Fernando Fleury, que mesmo com todas as provas testemunhais e documentais definindo-o como criminoso comum, um verdadeiro facínora foi elevado pelos governos revolucionários à condição de herói e livrado da cadeia através de uma vergonhosa lei feita especialmente para protegê-lo [...]. Dentro de uma linguagem fácil e perfeitamente inteligível, Hélio Bicudo arrancou vivos aplausos da platéia jovem que surpreendentemente foi ouvi-lo com toda a atenção (A TRIBUNA, 20/05/90).

O evento objetivou denunciar a morosidade e a cumplicidade do judiciário na apuração das responsabilidades na Chacina de Rondonópolis, acontecida em 1989. Os principais acusados no episódio da Chacina foram policiais civis e militares. Esses e outros fatores fizeram com que, até inícios de 1990, as apurações estivessem praticamente por iniciar, necessitando, portanto, na avaliação do CDDH, de uma cobrança prática, para que as apurações dos crimes voltassem a caminhar. O supracitado evento foi considerado um sucesso para os objetivos do CDDH. Tal saldo político encorajou a entidade a investir mais nos grandes eventos. Foi assim que, em outubro de 1991, dando prosseguimento nessa linha,

---

201 O esquadrão da morte foi uma organização criminosa basicamente formada por policiais, na década de 70. Em São Paulo, essa organização foi enfrentada pelo promotor de Justiça Dr. Hélio Bicudo. Entre discriminações, represálias e atentados, esse guardião da sociedade conseguiu elucidar os crimes e suas autorias, colocando os acusados no banco dos réus. Essa luta foi registrada na obra “Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte” (BICUDO, 1978, op. cit.).

a convite do CDDH, veio a Rondonópolis o sociólogo, professor e deputado federal Florestan Fernandes.

O enfoque principal da III Semana dos Direitos Humanos de Rondonópolis foi o exercício da cidadania, passando por temas como: os direitos sociais do cidadão trabalhador, saúde, cultura e meio ambiente até encerrar a Semana com a fala do professor sobre a tramitação, conteúdos e forma de participação na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Novamente, o público mais identificado e sensibilizado com cidadania e educação foi a juventude organizada<sup>202</sup> que participou ativamente da realização da III Semana dos Direitos Humanos. Demonstramos as estratégias de mobilização e envolvimento do público politizado e organizado da cidade, utilizadas pelo CDDH, por ocasião de seus grandes eventos. O mesmo jornal A Tribuna, que em outras oportunidades teve uma atuação crítica em relação ao CDDH, escreveu páginas sobre a política cultural de direitos humanos empunhada pela entidade, chegando a elogiar os apoios conquistados.

Respeitando as limitações e ampliando as parcerias, o CDDH ainda fez acontecer, em 1992, a IV Semana dos Direitos Humanos e Juventude. Sem agentes com peso político em seus nomes a IV Semana teve como estratégia de mobilização, o deslocamento de suas atividades passando pelas paróquias ou entidades onde pudesse haver interesse pelos temas específicos e a facilidade para a participação das pessoas pudessem ser maiores. Durante oito dias, o evento realizou-se visitando igrejas e escolas tentando envolver o público local, mais especialmente os jovens, tendo como atração assuntos como trabalho, cultura, política, comunicação social e educação. O encerramento deu-se em meio a um festival com músicas inéditas, tendo como motivação os temas da IV Semana.

Também os convidados a proferirem palestras foram escolhidos entre os membros da comunidade local, representantes dos movimentos sociais, buscando destacar a produção e o engajamento das lideranças e movimentos específicos. A IV Semana dos Direitos Humanos e Juventude foi um sucesso quanto à profundidade dos debates, à riqueza

---

202 Quando nos referimos à “juventude organizada” falamos das pastorais paroquiais e Diocesana de juventude, grêmios estudantis, centros acadêmicos e DCE/CUR/UFMT. No entanto, convém lembrar o apoio institucional das escolas de primeiro e segundo grau, através de seus professores, coordenadores pedagógicos e diretores, que engajaram-se no evento e assim arrastaram centenas ou até milhares de seus alunos.

dos temas e ao público participante. Isso se confirma ao considerarmos a cobertura jornalística do evento e a massiva presença da juventude, principalmente nos dias do festival; o maior público registrado na realização da IV Semana.

O Jornal *A Tribuna*, também noticiou sobre a *eliminatória do II FESTICEBs* (25/10/92 : 14). *‘Vozes Caladas’ sacudiu milhares de jovens no FESTICEBs* (28/10/92 : 07). Três matérias sobre o Festival sobressaíram e aqui as apresentamos com destaque.

Por fim, outras duas matérias publicadas pelo jornal Folha de Rondonópolis que lembrou a iniciativa dos organizadores da IV Semana *ao convidarem o promotor que enfrentou os torturadores em Rondonópolis*.

[...] o jovem promotor criminal Mauro Viveiros que tem uma visão correta e profunda do problema carcerário brasileiro e um enfoque correto e sensível sobre direitos humanos, porque tem vivido o dia a dia da questão em Rondonópolis em todas as suas nuances e seus problemas, a começar pela chacina de presos no dia 7 de fevereiro de 1989, passando por rebeliões e fugas, por situações gravíssimas na cadeia local, quando destruiu até uma solitária onde os presos eram torturados barbaramente, culminando com sua brilhante idéia de proporcionar terapia ocupacional a presos de bom comportamento. [...] É o promotor que enfrentou a brutalidade policial em Rondonópolis, que andou torturando gratuitamente indefesas pessoas que ficaram inutilizadas, conseguindo condenações desses policiais torturadores e o banimento dos mesmos de nossa cidade, não de forma direta, mas graças a sua atuação no processo [...] (FOLHA DE RONDONÓPOLIS, 21/10/92).

A segunda matéria do Jornal Folha de Rondonópolis teve como chamada principal: *Leis asseguram todos os direitos à pessoa humana. É preciso cumprir, diz promotor Dr. Mauro Viveiros* (25/10/92, p. 8). Na reportagem o jornal reitera o caráter de painel “amplamente anunciado” (de 21/10/92), apresentando os painelistas, falando do brilho das palestras e dos aplausos da platéia por ocasião da fala do promotor Mauro Viveiros,

sobre o qual ocupa quase toda a matéria. Assim constatei que, mesmo os formadores de opinião, esclarecidos e críticos da cidade – o jornalismo – terminou por aprovar o projeto de ação do CDDH ao publicaram amplas matérias sobre a IV Semana realizada em 1992.

Ainda em ampliação das atividades e cumprimento aos objetivos de realização de grandes eventos, porém tendo como primado básico a contenção de pessoal e verbas, em 1994 foi realizado o I Fórum Internacional dos Países do Mercosul e o III Encontro Latino-Americano de Educadores Ambientalistas, entre os dias 18 a 22 de setembro. Esse evento também contou com parcerias estabelecidas entre os movimentos sociais, organizações não-governamentais e com apoio institucional de organismos estatais. O CDDH utilizou as motivações já mencionadas, quais sejam: democratização da política, sociedade, economia, cultura e da real necessidade de participação e engajamento da população debater e propor a solução dos problemas menos polêmicos e mais comuns em relação a coletividade. Neste sentido, o I Fórum e o III Encontro, seguindo a referida linha de motivação dos grandes eventos, buscaram envolver os quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai na luta pela manutenção e preservação das águas<sup>203</sup>.

Conforme a imprensa em geral, especialmente os jornais nos quais encontramos a maior quantidade de registros, pesquisadores e representantes dos movimentos sociais encontraram-se durante uma semana abordando e debatendo temas relevantes e não solucionados pela civilização, com vistas a um convívio harmonioso com o meio ambiente. Assim considerado conclui que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos que foi fundada na Prelazia de Rondonópolis em 1985 e encerrada em 1995. A CDDH liderou a defesa dos direitos humanos na cidade de Rondonópolis no período mencionado. Esta liderança deveu-se às experiências de seus fundadores, bem como da pessoa jurídica que os acolheu. A Comissão de Defesa ou Centro de Direitos Humanos como terminou conhecida, atuou numa rede de entidades de Direitos Humanos. Defendeu os direitos e investiu na promoção de eventos municipais,

---

203 As águas que abastecem o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, próximos à foz do Rio Paraguai/Plata, nascem também nos planaltos brasileiros. Se poluídas no Brasil ou em qualquer outro país (...são poluídas e até envenenadas segundo as abordagens) as populações beneficiárias dessas águas padecerão com o envenenamento. E mais, preocuparam-se também com a fauna e a flora dos quatro países.

como forma de adquirir visibilidade política alcançar seus objetivos. Em 1996, frente às novas realidades a Pastoral dos Direitos Humanos, como também foi chamada, realizou evento municipal de encerramento de suas atividades pastorais na Diocese de Rondonópolis.

## Referências

BICUDO, Hélio. *Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros*. São Paulo : Paulinas, 1988.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Terra de Deus, Terra de Irmãos, Campanha da Fraternidade 1986* - Texto Base. Brasília-DF, Compição e Impressão: Formula Gráfica e Editora LTDA, 1986.

COSTA, Naldson R. *Trabalhadores Urbanos em Rondonópolis: História, Luta e Organização* - 1985 - 1991. Dissertação de Mestrado. UNESP - Araraquara, 1997. Mimeo.

FRIEDE, Reis. *Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1997.

MELO, Geovane P. *Surgimento e Evolução das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Rondonópolis (1969-1989)*. Rondonópolis-MT, 1992. Mimeo.

MOURA, Carmem L. *Homens sem Terra para Terra sem Homens: os posseiros da Gleba Cascata, Rondonópolis MT, 1975- 1985*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1992. Mimeo.

ROOSEVELT, Eleanor. La Gran Pregunta. In: *Calendário Interamericano del Centro de Recursos Educativos*. Instituto Interamericano de Derechos Humanos. San José, Costa Rica, 1997.

## Outras Fontes Bibliográficas

BRASIL. *Anistia Internacional Documento. Amnesty International*. 1 Easton Street. London WC1X 8 DJ. United King Dom. junho de 1990. P.10.

Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Rondonópolis. **Livro Atas das reuniões ordinárias** (encerrado) 1986 a 1991. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *Livro Atas: Reunião com a Sociedade Civil sobre a Constituinte* (encerrado), 1986. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *Livro Atas sobre a Criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - Região Sul de Mato Grosso* (encerrado) 1989. Mimeo.

LENDBRADL, Gunther. Direitos Humanos - Consciência da Dignidade: uma conquista da cultura moderna presente na Pastoral de Rondonópolis. *Nova Imprensa*, Ano IX - N°. 19. Rondonópolis: Nova Imprensa, 1995.

*Documento Final do I Encontro Nacional de Direitos Humanos.* Serviço de Documentação (SEDOC). 14, Maio de 1982 : 1132-1152. Mimeo.

*Relatório Geral do II Encontro Nacional Ecumênico de Direitos Humanos.* Taboão da Serra - SP : Serviço de Documentação (SEDOC) 15, Junho de 1983 : 1155-1254. Mimeo.

*Documento Final do III Encontro Nacional Ecumênico de Direitos Humanos.* Vitória -ES. Serviço de Documentação (SEDOC) 16, Maio de 1984 : 1091-1140. Mimeo.

*IV Encontro Nacional de Direitos Humanos.* Olinda - PE. Serviço de Documentação (SEDOC) 19, Outubro de 1986. Mimeo.

*V Encontro Nacional do MNDH.* Goiânia - Go. 27 a 31/01/1988. Mimeo.

*Relatório do VI Encontro Nacional de Direitos Humanos.* Vargem Grande Paulista. 05 a 10/02/1990. Mimeo.

*Relatório do VII Encontro Nacional MNDH: 10 anos de luta pelo direito à vida.* Brasília - DF, 26 a 31/01/1992. Mimeo.

*Diocese de Rondonópolis: Pastoral dos Direitos Humanos.* Projetos I- Educação Sindical, II- Gleba Cascata, III-Sem Terras, IV- Assessoria Jurídica e Coordenação. Rondonópolis. S.d. Mimeo.

*NOSSA POSIÇÃO frente aos problemas "floresta".* Jornal A Tribuna. Rondonópolis, 08 de Abril de 1979, p. 08.

*Projeto para obter Recursos Financeiros para Pastoral dos Direitos Humanos.* Diocese de Rondonópolis-Pastoral dos Direitos Humanos. 29.04.1986.

*Proposta para Formação em Direitos Humanos.* s.d., 10p. Mimeo.

*Relatório De Atividades do Centro de Direitos Humanos:* meses 02 à 06/86. Mimeo.

*Jornal A Tribuna - Rondonópolis.* Período 1986 - 1995.

*Jornal Folha de Rondonópolis - Rondonópolis.* Período 1990 - 1992.